



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

FICHA CADASTRAL DO SERVIDOR

Esta ficha deve ser digitada ou preenchida em letra de forma.

NOME DO SERVIDOR			
Nº RG/ESTADO DE EMISSÃO	Nº CPF	PIS/PASEP	
TIPO SANGÜÍNEO/ FATOR RH	DATA NASCIMENTO ____/____/____	ESTADO	NATURALIDADE
SEXO ( ) M ( ) F	ESTADO CIVIL	NACIONALIDADE	DEFICIENTE FÍSICO? ( ) SIM ( ) NÃO
TÍTULO DE ELEITOR			
DATA EMISSÃO	ZONA	SEÇÃO	Nº INSCRIÇÃO
RAÇA/ COR: ( ) BRANCA ( ) AMARELA ( ) PARDA ( ) NEGRA			
CARTEIRA DE TRABALHO			
Nº CARTEIRA	SÉRIE	ESTADO	DATA DE EMISSÃO
DADOS BANCÁRIOS			
BANCO DO BRASIL 001	AGÊNCIA	CONTA	
FILIAÇÃO			
NOME DA MÃE		NOME DO PAI	
ENDEREÇO RESIDENCIAL			
RUA/AVENIDA/ETC		NÚMERO	COMPLEMENTO
BAIRRO	MUNICÍPIO		CEP
TELEFONE	CELULAR	E-MAIL DO SERVIDOR:	



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

RELAÇÃO DE DEPENDENTES

NOME DO SERVIDOR	RG
POSSUI DEPENDENTES? ( ) SIM ( ) NÃO	Nº DE DEPENDENTES

**OBSERVAÇÕES:**

- 1 - É OBRIGATÓRIO ANEXAR A CERTIDÃO DE CASAMENTO E NASCIMENTO DOS DEPENDENTES, BEM COMO CPF E RG;**
- 2 - PARA QUE OS DEPENDENTES SEJAM ABATIDOS NO IMPOSTO SOBRE RENDA É NECESSÁRIO ANEXAR UMA DECLARAÇÃO DE I.R DO EXERCÍCIO CORRENTE OU NO MÁXIMO DO EXERCÍCIO ANTERIOR;**
- 3 - MANTENHA O ENDEREÇO ATUALIZADO, TANTO DO TITULAR COMO DOS DEPENDENTES.**

RESPONSABILIZO-ME PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NA PRESENTE FICHA DE CADASTRO E DE DEPENDENTES.

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Preencher a data somente no ato da contratação

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

CONFERI AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO PRESENTE DOCUMENTO.

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

## TERMO DE COMPROMISSO

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, eu

\_\_\_\_\_, ocupante da função de  
GUARDA PRISIONAL TEMPORÁRIO, firmo o presente Termo de Compromisso, conforme estabelece os artigos 37, 272, 273 e 274, da Lei nº 6174, de 16/11/70, declarando que não EXERÇO ou EXERCEREI cumulativamente, outro cargo, função ou atividade particular de caráter profissional ou público, de qualquer natureza e não percebo simultaneamente proventos de aposentadoria decorrentes do Artigo 40 ou dos Artigos 42 e 142 da Constituição Federal ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Preencher a data somente no ato da contratação

\_\_\_\_\_  
Assinatura



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, autorizo os representantes legais do Estado do Paraná a requisitarem e acessarem as informações por mim prestadas à Receita Federal relativas aos bens, direitos, valores e obrigações constantes das minhas declarações anuais de bens, bem como de meu cônjuge e dependentes.

Esta autorização é válida, em caráter de atualização para todos os exercícios conforme vínculo mantido com o Estado, para fins do artigo 3º do Decreto Estadual nº 2141/2008:

Art. 3º. Os agentes públicos de que trata este decreto atualizarão, em formulário próprio, anualmente e no momento em que deixarem o cargo, emprego ou função, a declaração dos bens e valores, com a indicação da respectiva variação patrimonial ocorrida, observada a obrigatoriedade de inserção dos dados previstos no artigo 2º.

E conforme previsto no artigo 198, §1º, inciso II do CTN:

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (Redação dada pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes: (Redação dada pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

Nome: \_\_\_\_\_;

RG: \_\_\_\_\_;

CPF: \_\_\_\_\_;

Local e data: \_\_\_\_\_.

Preencher a data somente no ato da contratação

---

Assinatura



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

TERMO DE CIÊNCIA

De acordo com o disposto na Resolução nº 3402/2006 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determina que as Instituições Financeiras na prestação de serviços de pagamento de salário, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, ficam obrigadas a proceder aos respectivos créditos em nome dos beneficiários mediante utilização de contas destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos (conta salário). E, conforme Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e outras Avenças nº 05/2011-SEAP, firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco do Brasil S.A.

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF. \_\_\_\_\_, declaro que estou ciente da necessidade do cumprimento do disposto na referida Resolução e informo que meus dados bancários são os seguintes:

Banco do Brasil;

Agência (sem dígito verificador): \_\_\_\_\_;

Conta Bancária (com dígito verificador): \_\_\_\_\_.

- Será rejeitado o crédito do pagamento em contas inativas, bloqueadas e/ou sem movimento.

Declaro ainda, que é de minha inteira responsabilidade as informações bancárias acima citadas ou a ausência das mesmas, o que implicará na rejeição dos valores pelo Banco e retorno aos cofres públicos.

....., ..... de ..... de 202\_\_.

Preencher a data somente no ato da contratação

.....

Assinatura